

# **Novo Desenvolvimentismo**

Um resumo de 4000 palavras

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Feito com ajuda do Gemini; revisado, aperfeiçoado pelo autor. Abril de 26.

O Novo Desenvolvimentismo (ND) é uma teoria econômica e uma economia política formulada ao longo dos últimos 20 anos, principalmente no Brasil. Sua motivação central é diagnosticar e combater a grave quase-estagnação que tomou conta das economias latino-americanas desde em torno de 1990, quando foram adotadas as reformas neoliberais, em especial abertura comercial e abertura financeira. O novo desenvolvimentismo baseia-se no desenvolvimentismo estruturalista clássico mas diferencia-se dele porque rejeita o mito do "crescimento com poupança externa" (déficits em conta corrente financiados por dívida) e porque definiu com mais clareza a doença holandesa e oferece instrumentos precisos para neutralizá-la. Por outro lado, ela construiu uma macroeconomia do desenvolvimento apoiada na crítica e na política de taxa de juros e de taxa de câmbio.

## **Capítulo I – O Método e as Escolas**

O estudo da economia deve ser tratado como uma ciência substantiva (cujo fim é explicar a realidade concreta, como a física ou a biologia) e não como uma ciência metodológica (como a matemática, onde basta a lógica interna). Nas ciências substantivas, a verdade é pautada pela observação empírica e pela adequação à realidade, exigindo dos economistas uma postura de modéstia diante da complexidade social.

O ND tece uma crítica metodológica contundente à Teoria Econômica Neoclássica, que hoje domina as universidades globais. A ortodoxia neoclássica abandonou o mundo real ao adotar um método puramente "hipotético-dedutivo". Ela se constrói sobre axiomas matemáticos a-históricos, como o modelo de equilíbrio geral e as expectativas racionais, transformando-se em uma mera justificativa ideológica para o liberalismo econômico radical. Quando a realidade refuta seus modelos — o que ocorre frequentemente —, a ortodoxia prefere ignorar os fatos a corrigir a teoria.

Em contrapartida, o ND inspira-se no método histórico-estrutural de escolas predecessoras:

**Mercantilismo:** A primeira escola voltada para o crescimento, fundamental na criação dos mercados nacionais e na aliança entre o Estado absoluto e a burguesia mercantil.

**Economia Política Clássica:** De Smith a Marx, focada na evolução da produção e na teoria do valor-trabalho, abordando o sistema capitalista a partir de sua dinâmica de classes.

**Teoria Pós-Keynesiana:** Nascida na década de 1930 com Keynes e Kalecki, constitui a principal base macroeconômica do ND. Ela refuta a "Lei de Say" (a falsa premissa de que toda oferta cria sua própria demanda) e prova que, em economias monetárias, é a expectativa de lucro que gera o investimento, e não a poupança prévia. A moeda é endógena, e o sistema capitalista é estruturalmente incapaz de garantir o pleno emprego sem a regulação ativa do Estado. É, porém, uma teoria de curto prazo e está voltada apenas para os países ricos.

## **Capítulo II – As Escolas Desenvolvimentistas e o Anti-imperialismo**

O pensamento econômico heterodoxo abriga duas grandes correntes desenvolvimentistas: a clássica e a nova. Ambas comungam da defesa da intervenção coordenada do Estado, da crítica à ortodoxia e de uma indispensável postura política nacionalista econômica e anti-imperialista.

O **Desenvolvimentismo Estruturalista Clássico** floresceu nos anos 1940 com pensadores como Raúl Prebisch e Celso Furtado. Sua maior contribuição foi dividir a economia global estruturalmente em "Centro e Periferia", evidenciando a contínua deterioração dos termos de troca contra o Sul produtor de matérias-primas. Essa escola ensinou que desenvolvimento é sinônimo de industrialização, alcançada por meio da estratégia de substituição de importações.

O **Novo Desenvolvimentismo**, contudo, avança e corrige as falhas de seu predecessor. O estruturalismo clássico negligenciava a doença holandesa e era tolerante ao crescimento financiado por dívida externa. O ND, voltado sobretudo para os países de renda média que já completaram uma industrialização inicial, rejeita o pessimismo exportador clássico e advoga por

uma integração estratégica e competitiva ao mercado global. O ND é uma macroeconomia do desenvolvimento voltada para país de renda média. O foco muda para a gestão dos **cinco preços macroeconômicos**: taxa de lucro, taxa de juros, taxa salarial, taxa de inflação e, sobretudo, a taxa de câmbio. Segundo o ND, a América Latina estagnou não por ter caído na "armadilha da renda média", mas sim por ter mergulhado cega na "armadilha da liberalização" ao ter aberto sua economia prematura e indevidamente.

Para romper essa armadilha, o ND afirma o papel do **Nacionalismo Econômico e Anti-imperialismo**. O desenvolvimento pleno é impossível sem autonomia. O Norte Global, hoje incapacitado de usar o colonialismo formal, utiliza o liberalismo comercial e financeiro como "soft power" (imperialismo informal) para convencer a periferia a não proteger sua indústria. O ND critica veementemente as correntes submissas da sociologia, como a "teoria da dependência associada" de Fernando Henrique Cardoso, que enfraqueceu o nacionalismo ao legitimar ideologicamente a subordinação ou associação subalterna aos interesses do Império – os países ricos liderados pelos Estados Unidos.

### **Capítulo III – Revolução Capitalista e Estado Desenvolvimentista**

A transição definitiva para a riqueza e modernidade ocorre apenas quando uma nação concretiza sua "Revolução Capitalista". Este é um evento histórico duplo e inseparável: a consolidação soberana de um Estado-Nação combinada à sua Revolução Industrial.

A economia política do ND estabelece que **a forma padrão do sucesso capitalista é o desenvolvimentismo**, e não o liberalismo. Foi sob o desenvolvimentismo (inicialmente em sua fase mercantilista) que o capitalismo nasceu e operou em seus períodos de maior crescimento. O liberalismo puro é uma anomalia que surge apenas nos momentos em que as elites buscam cristalizar suas riquezas. Na última vez que isto ocorreu, entre 1980 e 2008, a taxa de lucro cresceu às custas de forte concentração de renda acoplada ao baixo crescimento e alta instabilidade financeira.

A premissa do ND é o princípio da subsidiariedade institucional: o mercado é uma instituição formidável e insubstituível para coordenar a vasta teia do setor competitivo da economia (onde a inovação pulverizada é constante). Todavia, o mercado é estruturalmente cego e incapaz de coordenar o setor não competitivo

(como infraestrutura pesada e indústrias de base), realizar projetos sociais e promover saltos tecnológicos radicais. Para essas tarefas de escala nacional, o Estado é a única instituição capaz.

Ao longo da história global da "Grande Divergência", identificamos quatro rotas de Revolução Capitalista que resultaram em diferentes configurações do Estado:

**Países Originais Centrais (ex: Inglaterra e França):** Fizeram sua revolução industrial e capitalista entre 1760 e 1840 sob a égide do intervencionismo mercantilista.

**Países Atrasados Centrais (ex: Alemanha e EUA):** Realizaram sua decolagem na segunda metade do século XIX utilizando protecionismo tarifário ferrenho (o Estado Bismarckiano alemão e as altíssimas tarifas americanas defendidas por Alexander Hamilton) para não serem esmagados pela hegemonia britânica.

**Periféricos Independentes (ex: Japão, Coreia do Sul e mais recentemente a China):** Nações que usaram uma burocracia estatal forte, rejeitaram a ideologia estrangeira, usaram tarifas protecionistas apenas no início de sua industrialização, mantiveram superavit em conta corrente, o câmbio competitivo e o controle das contas externas, alcançando saltos espetaculares de enriquecimento.

**Periféricos Nacional-Dependentes (ex: Brasil e México):** Países que lograram fazer suas revoluções industriais até os anos 1980, mas foram incapazes de completar sua revolução nacional. Fragilizados pela grande crise da dívida externa dos anos 1980 e desprovidos de um pacto político sólido, renderam-se ideologicamente à ortodoxia neoliberal defendida pelo Império. Ao abdicar de sua autonomia estratégica, desmontaram o Estado Desenvolvimentista e mergulharam na quase-estagnação crônica, tornando-se incapazes de fazer o catching up – a diminuição da distância econômica em relação aos países ricos.

## **Capítulo IV – Formas e Fases do Desenvolvimento Capitalista**

A história econômica não é linear, mas sim um movimento pendular e dialético entre a intervenção do Estado e a regulação pelo mercado. O Novo Desenvolvimentismo compreende que o sistema capitalista passou por

diferentes "fases" ao longo dos séculos, alternando entre momentos desenvolvimentistas (onde o Estado coordena ativamente a economia) e momentos liberais (onde o Estado recua).

Historicamente, o ND identifica as seguintes fases principais:

**O Mercantilismo (Desenvolvimentismo Primordial):** A fase de formação do estado-nação do capitalismo (séculos XVI a XVIII), caracterizada pela aliança entre a monarquia absoluta e a burguesia emergente para criar o Estado-nação moderno e o mercado interno.

**Capitalismo Liberal e Competitivo:** Comandado pela hegemonia do Reino Unido no século XIX. O Estado recuou para dar espaço à livre iniciativa, culminando na primeira globalização. Esta fase colapsou tcom definitivamente, com a Crise de 1929 e a Grande Depressão dos anos 1930.

**Desenvolvimentismo Gerencial (a “Era de Ouro do Capitalismo):** De 1945 até meados da década de 1970, o mundo viveu a sua fase de maior crescimento económico e redução de desigualdades. Sob a batuta de políticas keynesianas, acordos de Bretton Woods e o Estado Social (*Welfare State*), os governos assumiram o planeamento económico, a regulação financeira e a garantia do pleno emprego.

**A Fase Neoliberal (Financeiro-Rentista):** A partir de 1980, como reação das elites financeiras à queda das taxas de lucro e ao poder dos sindicatos, o pêndulo regressou ao liberalismo econômico. Promoveu-se a desregulação dos mercados, a globalização financeira e a privatização maciça.

O ND diagnostica que a fase neoliberal fracassou. Em vez de crescimento, entregou crises financeiras (culminando em 2008), quase-estagnação produtiva e uma brutal concentração de riqueza. Para o ND, o mundo encontra-se agora numa transição dolorosa e caótica, cuja única saída viável para a retoma do crescimento global é a entrada numa nova fase desenvolvimentista, mais verde e socialmente justa.

## **Capítulo V – A Microeconomia do Novo Desenvolvimentismo**

Embora a grande inovação do ND seja macroeconómica, a teoria assenta numa visão microeconómica muito clara, baseada no **princípio da subsidiariedade**.

Este princípio recusa a falsa dicotomia de "Estado versus Mercado" e define rigorosamente o papel de cada um.

Para o ND, a economia divide-se em dois grandes sectores:

**O Sector Competitivo:** Abrange a esmagadora maioria da economia (indústria transformadora, comércio, agricultura, serviços convencionais). Aqui, o mercado é, indiscutivelmente, a melhor instituição para alocar recursos e estimular a inovação. O Estado não deve intervir diretamente na produção destes bens, limitando-se a regular para evitar monopólios, proteger o ambiente e garantir os direitos laborais.

**O Sector Não Competitivo:** Inclui a infraestrutura de base (energia, telecomunicações, transportes ferroviários), indústrias monopolistas por natureza e grandes bancos sistémicos. Como não há concorrência real nestes sectores, o mercado é ineficiente e cego. Aqui, o Estado deve assumir o controlo, seja através de empresas estatais, seja mediante um planeamento estratégico e regulação de preços muito apertada.

O ND critica a obsessão de instituições como o Banco Mundial em focar o desenvolvimento exclusivamente em "reformas microeconómicas" (flexibilização laboral, desburocratização). Embora a eficiência microeconómica seja útil, ela é insuficiente. Países periféricos não estagnam por falta de eficiência microeconómica, mas sim por possuírem preços macroeconómicos cronicamente desajustados por razões que o ND conhece bem.

## **Capítulo VI – Macroeconomia e Austeridade**

A macroeconomia ortodoxa e a macroeconomia do ND habitam mundos opostos. A ortodoxia neoliberal sofre do que o ND classifica como a "síndrome da austeridade". Esta síndrome é o medo irracional de déficits fiscais e do aumento da dívida pública em relação ao PIB, levando os governos a cortar despesas públicas de forma cega, mesmo durante recessões profundas. O resultado prático da austeridade é contracionista: ao cortar na despesa, o Estado destrói o consumo, as empresas vendem menos, o desemprego aumenta e as receitas fiscais caem, agravando o próprio déficit que se pretendia curar.

O ND defende a responsabilidade fiscal e, portanto, superávits primários, mas não como um fim em si mesmo. O Estado deve manter as contas equilibradas

em tempos de normalidade para ter espaço de manobra (política contracíclica) nos momentos de crise.

A grande ruptura analítica do ND, contudo, é mudar o foco do "déficit público" para o déficit externo, mais precisamente para o **déficit em conta corrente**. As crises que verdadeiramente destroem e paralisam os países de renda média não são as crises fiscais (pois o Estado pode sempre emitir a sua própria moeda), mas sim as **crises de balanço de pagamentos** (quando o país fica sem dólares/divisas internacionais para honrar as suas importações e dívidas externas) que decorrem da acumulação de déficits em conta-corrente.

O ND é contra dos déficits em conta-corrente que no curto prazo apreciam a taxa de câmbio e tornam as empresas tecnicamente competitivas não competitivas economicamente, no longo prazo levam a crises de balanço de pagamentos e implicam em remessas crescentes (em relação ao PIB) das remessas de lucros, juros, dividendos e royalties para o exterior. Desmistifica a crença liberal de que "o crescimento se faz com poupança externa". Contrair dívida externa é incorrer em déficits em conta corrente; não aumenta a taxa de investimento; apenas aprecia a moeda local e financia o aumento insustentável do consumo.

## Capítulo VII – A Taxa de Juro

O Novo Desenvolvimentismo foca-se em cinco grandes preços macroeconómicos, sendo a **taxa de juro** o primeiro deles. Em teoria, a taxa de juro básica de um país deveria orbitar em torno da taxa internacional acrescida da taxa de risco-país.

No entanto, em economias periféricas capturadas pela ideologia neoliberal, como o Brasil, a taxa de juro real é mantida a níveis estratosféricos e patológicos. A ortodoxia justifica isto como sendo necessário para "combater a inflação" e compensar o "risco fiscal" criado pelos gastos do Estado. O ND demonstra que isso é uma falácia.

Na realidade, a manutenção de juros absurdamente altos é uma escolha política. Resulta da hegemonia de uma "coalisão de classes financeiro-rentista". Os rentistas (aqueles que vivem de rendimentos financeiros, sem produzir bens reais) aliam-se ao sector financeiro para capturar os Bancos Centrais (muitas vezes sob o disfarce da "independência do Banco Central"). A moeda é "endógena" (os bancos comerciais criam moeda ao conceder crédito). Juros

altíssimos funcionam como um mecanismo gigantesco e regressivo de transferência de riqueza do sector produtivo (empresários que querem investir e trabalhadores) para o bolso dos rentistas. Nenhum empresário investe na expansão de fábricas se for muito mais seguro e lucrativo aplicar o dinheiro em títulos da dívida pública a juros altos.

## Capítulo VIII – Inflação e Até Onde Vai a Teoria Económica

O segundo preço macroeconómico vital é a **taxa de inflação**. A visão do ND afasta-se frontalmente da lenda monetarista de Milton Friedman, que pregava que a inflação é, em qualquer lugar, um fenómeno puramente monetário (excesso de emissão de moeda).

O ND, ancorado na tradição pós-keynesiana e estruturalista, compreende que a inflação tem causas múltiplas e dinâmicas:

**Inflação de Demanda:** Ocorre quando a procura agregada excede a capacidade produtiva (quando a economia está muito próxima do pleno emprego). Esta é a única situação em que subir a taxa de juro faz sentido para arrefecer o consumo.

**Inflação de Custos (Choques de Oferta):** Causada por fatores externos, como a subida abrupta do preço do petróleo ou, crucialmente na periferia, por uma forte desvalorização da taxa de câmbio, que encarece as importações.

**Inflação Inercial:** A grande contribuição dos economistas latino-americanos. Em economias com um histórico de inflação alta, gera-se uma cultura de indexação (formal ou informal). Os agentes económicos reajustam os preços de hoje baseados na inflação de ontem. Cria-se um "conflito distributivo" perpétuo: trabalhadores exigem aumentos para recuperar o poder de compra perdido, e os empresários aumentam os preços para manter as suas margens de lucro.

Para o ND, tentar combater a inflação inercial ou de custos usando exclusivamente a "marreta" da taxa de juro (como exige a ortodoxia) é um erro trágico: não só não resolve o problema central do conflito distributivo, como destrói a atividade produtiva e o emprego no processo.

## **Capítulo IX – A Taxa de Lucro e os Salários**

A sua teoria estabelece que a taxa de lucro é a restrição macroeconómica final: o sistema capitalista só sobrevive e as empresas só investem se a taxa de lucro esperada for "satisfatória" – suficientemente superior à taxa de juro para estimularem as empresas e os empresários a investir. Na verdade, na medida em que se queira aumentar a taxa de investimento, todas as medidas que aumentam o consumo e diminuem a poupança como os déficits em conta-corrente e, nos momentos de boom de commodities, a doença holandesa são fatos que aumentam a taxa de lucro esperada. A teoria novo-desenvolvimentista critica esses fatos e defende o aumento da taxa de lucro esperada, mesmo que isto impeça no curto prazo que os salários reais aumentem. A longo prazo, os salários reais podem e devem crescer ao mesmo ritmo da produtividade, permitindo a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores sem comprometer a taxa satisfatória de lucro das empresas.

O capítulo dialoga com a tese de Marx sobre a tendência de queda da taxa de lucro. Marx previu esta queda porque, na sua época, o progresso técnico era "intensivo em capital" (mecanização). Contudo, a história demonstrou que, a longo prazo, o progresso técnico tornou-se predominantemente neutro e a taxa de lucro manteve-se constante devido a fortes contratendências (como a formação de monopólios corporativos e o investimento no exterior). Ao mesmo tempo, a teoria novo-desenvolvimentista rejeita a visão clássica de que os salários estariam condenados a um mero nível de subsistência. O verdadeiro valor do trabalho é o seu "custo efetivo de reprodução", que se torna cada vez mais alto à medida que a sociedade exige níveis superiores de educação e especialização técnica.

## **Capítulo X – Determinação da Taxa de Câmbio**

De todos os preços macroeconómicos, a taxa de câmbio é o mais estratégico e o menos compreendido pela ortodoxia. A teoria económica convencional trata a taxa de câmbio como uma variável volátil de curto prazo que gravita suavemente em torno do equilíbrio, orientada pela paridade do poder de compra (PPP). Ela supõe que a taxa de câmbio seja determinada pela taxa de juros real, que atrai ou afasta capitais externos, e pelas variações nas relações de troca (nas quais há espaço para os episódios de doença holandesa).

A teoria novo-desenvolvimentista refuta esta visão irrealista. Na periferia capitalista, a taxa de câmbio é uma variável de longo prazo que pode

permanecer cronicamente sobrevalorizada durante anos. O Novo Desenvolvimentismo introduz determinantes fundamentais que a ortodoxia ignora, com destaque para a "taxa de câmbio implicitamente desejada" pelos governos ou, em outras palavras, a **política de acomodamento a um déficit em conta corrente crônico**. Quando um país adota a política de incorrer em déficits em conta corrente recorrentes, essa escolha política transforma-se na âncora que puxa e mantém a moeda nacional num patamar de sobrevalorização prejudicial à indústria. Os déficits em conta corrente, portanto, não são determinados pela taxa de câmbio mas é o contrário o que ocorre. Déficits externos recorrentes refletem uma escolha da população e de seu governo de consumir mais (destinar os recursos para financiar os investimentos é muito raro). O Brasil, por exemplo, tem uma taxa de investimento muito baixa e elevado déficit em conta corrente enquanto a China tem superávits em conta corrente e alta taxa de investimento.

Para onde tende a taxa de câmbio quando o país adota uma política econômica liberal ou convencional? Se forem ouvidos os respectivos economistas, tende para a taxa de câmbio de “equilíbrio fundamental” – uma taxa de câmbio proposta por John Williamson em 1994 e até hoje calculada para todos os principais países pelo Peterson Institute de Washington. É um “equilíbrio” que supõe que o déficit em conta corrente incluído na fórmula é igual à taxa de crescimento do PIB de forma que esse déficit externo não aumenta a relação dívida-PIB. Um déficit que é “lógico” e por isso ouvido pelas autoridades monetárias do país. Um equilíbrio no qual está incluído esse déficit que o ND rejeita porque condena os países em desenvolvimento a uma taxa de câmbio permanentemente apreciada.

## **Capítulo XI – Crescimento e Estagnação**

O desenvolvimento econômico não é um mero aumento quantitativo do PIB, mas sim um processo de "sofisticação produtiva". O verdadeiro crescimento ocorre quando um país consegue transferir a sua força de trabalho de setores primários (com baixo valor acrescentado) para a indústria transformadora e para serviços de alta produtividade. Contudo, este salto estrutural exige uma taxa de investimento robusta e constante. Sem a coordenação do Estado para garantir a estabilidade dos preços macroeconômicos, os países de rendimento médio ficam bloqueados, substituindo a dinâmica de industrialização por uma estagnação paralisante e crônica.

## Capítulo XII – Política de Déficit em Conta Corrente

Este capítulo desmonta um dos mitos mais destrutivos do receituário neoliberal: a falácia do "crescimento com poupança externa". A ortodoxia e os políticos locais defendem frequentemente déficits na balança corrente) com a ilusão de que este capital estrangeiro se somará à poupança interna para financiar o aumento do investimento produtivo. Em decorrência, os governos dos países em desenvolvimento estão sempre interessados em “atrair capitais”.

A teoria novo-desenvolvimentista demonstra o efeito perverso e ilusório desta política: a entrada de capitais estrangeiros provoca a apreciação da moeda nacional. Esta sobrevalorização aumenta artificialmente o poder de compra dos salários e dos rendimentos dos rentistas, estimulando um pico de consumo imediato. O resultado prático não é a soma de poupanças, mas sim a "substituição da poupança interna pela externa". O país endivida-se em dólares não para construir fábricas, mas para financiar o consumo da classe média e das elites econômicas e aumentar as margens do sector financeiro. Este processo gera o "ciclo cambial" da periferia: após uma crise, a moeda desvaloriza-se; à medida que o país atrai novamente dólares especulativos, a moeda volta a apreciar-se gradualmente, passando do equilíbrio industrial (aquele que torna competitivas economicamente as empresas que são competitivas tecnicamente) para o equilíbrio corrente (que zera a conta corrente do país), até mergulhar num déficit insustentável (o "fundo do poço"). O ciclo termina fatalmente com a perda de confiança dos credores, uma nova fuga de capitais e uma dolorosa crise da balança de pagamentos.

## Capítulo XIII – Câmbio, Investimento e Crescimento

A ligação definitiva entre a taxa de câmbio e o crescimento é estabelecida através da inovadora **teoria do acesso à procura** (access to demand). O investimento produtivo não depende apenas de juros baixos, vontade empreendedora ou de eficiência microeconómica. Mesmo que uma empresa nacional utilize a tecnologia de ponta global, se a taxa de câmbio estiver cronicamente sobrevalorizada, os seus produtos ficarão artificialmente caros. A moeda sobrevalorizada funciona como um "interruptor" que desliga a empresa do mercado: a indústria perde o acesso à procura (perdendo mercado interno para as importações baratas e perdendo a capacidade de exportar). Sem acesso à procura, o empresário não investe, e a economia estagna. Os governos toleram este bloqueio porque praticam o "populismo cambial". Ao contrário do populismo fiscal (gastar mais do que se arrecada em impostos), o populismo

cambial consiste em manter a moeda forte para garantir um poder de consumo artificial à população e juros elevados aos rentistas, ganhando eleições a curto prazo enquanto se destrói a estrutura industrial da nação a longo prazo.

## **Capítulo XIV – A Doença Holandesa e a Sua Neutralização**

A doença holandesa é uma das falhas de mercado mais graves e estruturais. Ocorre em países que possuem recursos naturais abundantes e baratos, como petróleo, minérios ou capacidade de exportação agropecuária. Como a exportação destas *commodities* é altamente rentável, ela pode ser exportada a uma taxa de câmbio consideravelmente mais alta do que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Assim, ela empurra a taxa de câmbio para baixo (valoriza a moeda nacional).

A taxa de câmbio de equilíbrio industrial é a taxa de câmbio necessária para que a indústria de transformação nacional, utilizando tecnologia de ponta, consiga ser competitiva internacionalmente. A doença holandesa é a distância entre o equilíbrio industrial e o equilíbrio fundamental – aquele que supõe um déficit em conta corrente que não aumente a relação dívida externa-PIB e, portanto, aquele que a ortodoxia convencional recomenda e os economistas e as autoridades monetárias locais aceitam por ser seguro. Quando o mercado dita as regras, a moeda gira em torno do equilíbrio fundamental. Isto é aceitável para os exportadores de *commodities*, mas funciona como um obstáculo intransponível para a indústria de transformação, que perde competitividade. O país sofre uma desindustrialização precoce.

O ND postula que é um dever do Estado neutralizar esta doença holandesa. O mecanismo mais eficaz para o fazer é a aplicação de um imposto de exportação (retenções) sobre as *commodities*. Este imposto encarece artificialmente o produto primário, forçando a taxa de câmbio a desvalorizar-se até atingir o patamar do "equilíbrio industrial", devolvendo a competitividade à indústria e gerando receitas para o Estado investir num fundo soberano. Entretanto, esse imposto é inviável politicamente quando se trata de bens agropecuários como a soja, cujos interesses são protegidos por milhares e milhares de produtores. Neste caso, a alternativa são as tarifas de importação e os subsídios de exportação para bens manufaturados.

## Capítulo XV – Verde e Social

A economia não opera num vácuo ético ou físico; o crescimento econômico é um meio, e não um fim em si mesmo. O Novo Desenvolvimentismo rejeita a visão tecnocrática estrita e incorpora a defesa intransigente de um desenvolvimento que seja ecologicamente sustentável e socialmente justo.

**A Dimensão Verde:** A natureza é um bem público global que está sendo dizimado pela lógica de mercado a curto prazo. O ND sublinha que a transição para uma economia verde (descarbonização, energias renováveis, proteção da biodiversidade) não será liderada espontaneamente por empresas privadas, que visam o lucro imediato. Exige um Estado forte, capaz de impor regulação punitiva contra a depredação, de taxar emissões de carbono e de financiar ativamente a inovação tecnológica verde.

**A Dimensão Social:** O modelo neoliberal das últimas quatro décadas falhou redondamente na promessa de que o enriquecimento dos mais ricos acabaria por "transbordar" (*trickle-down*) para os mais pobres. Pelo contrário, gerou uma obscena concentração de rendimento nas mãos de rentistas e de altos executivos financeiros. O ND advoga uma estrutura tributária fortemente progressiva (taxar lucros, dividendos e heranças), o fortalecimento dos sindicatos para garantir a negociação coletiva e a manutenção de um Estado Social robusto que providencie saúde e educação universais, permitindo aos salários acompanharem os ganhos de produtividade.

## Capítulo XVI – Aplicação à América Latina e ao Brasil

O último capítulo consubstancia a teoria numa análise histórica e empírica da periferia latino-americana, com foco absoluto no caso brasileiro. Entre 1930 e 1980, o Brasil e outros países da região adotaram um modelo desenvolvimentista nacional que resultou em taxas de crescimento fabulosas e na construção de um parque industrial complexo.

Contudo, a partir da crise da dívida externa nos anos 80, estes países capitularam. O Brasil não caiu na chamada "armadilha do rendimento médio" (a tese ortodoxa de que países estagnam quando perdem a vantagem da mão-de-obra barata). O Brasil caiu na "armadilha da liberalização". Pressionado ideologicamente pelo Norte Global (o "Consenso de Washington"), o país desmontou o seu Estado Desenvolvimentista:

Abriu prematura e radicalmente o seu mercado interno.

Desmantelou os mecanismos de neutralização da doença holandesa.

Aceitou o mito de que precisava de poupança externa, mergulhando no endividamento.

Entregou o Banco Central aos interesses dos rentistas, praticando as taxas de juro mais altas do mundo.

Adotou o populismo cambial, mantendo a moeda forte para reeleger políticos e contentar as elites consumidoras.

O resultado foram quatro décadas de desindustrialização trágica, reprimarização da pauta exportadora e uma estagnação do rendimento per capita. A conclusão da obra é um apelo à ação: para voltar a crescer a taxas asiáticas e concretizar a sua Revolução Capitalista de forma soberana, o Brasil precisa de construir uma nova coligação política. Uma aliança entre o sector produtivo (empresários industriais) e a classe trabalhadora, que derrote a atual coligação financeiro-rentista, retome o planeamento estratégico do Estado e restabeleça o controlo férreo sobre os cinco preços macroeconómicos vitais, em especial a taxa de câmbio.